

DEBATES SOBRE CAIRU: POLÍTICA E HISTORICIDADE EM *RAÍZES DO BRASIL**

Dalton Sanches**

Resumo: Buscaremos refletir sobre alguns aspectos constituintes da *historicidade* do livro *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. Para tanto, privilegiaremos algumas modificações pontuais efetuadas entre a primeira (1936) e a segunda edição (1948) da obra, detendo-nos, mais especificamente, em uma interpretação que o seu autor faz de uma passagem em que José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, traduz de Adam Smith a fim de respaldar suas argumentações sobre economia política nos *Estudos do Bem Comum*, livro de 1819. Segundo Sérgio Buarque, Cairu empreende essa tradução no sentido de adequar o liberalismo de Smith à situação brasileira (escravista). Ao problematizarmos esse diálogo com o seu interlocutor do XIX, ou melhor, sua tentativa de *desideologização* do discurso econômico daquele, veremos o modo como certas estratégias textuais e literárias vão ao encontro da crítica a uma dada recepção do pensamento do economista baiano no horizonte histórico da soleira da segunda metade do século XX. Recepção representada, no contexto de *Raízes do Brasil*, pelo intelectual católico Alceu Amoroso Lima, a qual se revela ainda – além de uma disputa sobre dimensões do passado nacional – como uma rivalidade ético-política que, desde o Modernismo, é travada pelos dois intelectuais.

Palavras-chave: *Raízes do Brasil*; Visconde de Cairú; Alceu Amoroso Lima.

Abstract: This paper approaches some aspects of the *historicity* of Sérgio Buarque de Holanda's book *Raízes do Brasil*. More specifically, it concentrates on changes made between the first (1936) and the second edition (1948) of *Raízes do Brasil*, addressing an interpretation that the author makes on a passage in which José da Silva Lisboa, Viscount of Cairu, translates Adam Smith to support his arguments on political economy in the book *Estudos do Bem Comum*, published in 1819. According to Sérgio Buarque, Cairu adapted Smith's liberalism to the Brazilian situation (slavery). To problematize this critique on his interlocutor from the Nineteenth, or rather Buarque's attempt to *de-ideologising* Cairu's economic discourse, certain textual and literary strategies are shown to support a second critique on the reception of Bahian economist thought in the historical horizon of the second half of the twentieth century. This other reception is represented, in the *Raízes do Brasil's* context, by the catholic intellectual Alceu Amoroso Lima, which also reveals a dispute for the dimensions of the national past and an ethical-political dispute that involved these two intellectuals since the Modernism.

Keywords: *Raízes do Brasil*; Visconde de Cairú; Alceu Amoroso Lima.

* Artigo submetido à avaliação em 5 de maio de 2015 e aprovado para publicação em 14 de junho de 2015.

** Doutorando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). Possui mestrado (2013), licenciatura (2010) e bacharelado (2011) pela mesma instituição.

I.

Por meio de um exercício breve de interpretação historiográfica, assentaremos nossas reflexões em uma das importantes obras da historiografia brasileira do século XX, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. Como objeto, privilegiaremos algumas modificações pontuais efetuadas entre a primeira (1936) e a segunda edição (1948) do livro. Mais especificamente, nos deteremos em uma interpretação que o autor faz de uma passagem que José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, traduz de Adam Smith a fim de respaldar suas argumentações sobre economia política nos *Estudos do Bem Comum*, obra de 1819. Segundo Sérgio Buarque, Cairu faz essa tradução, deliberadamente distorcida, para adequar o liberalismo de Smith à situação brasileira (escravista). O historiador então, a nosso ver, está entendendo o manejo do autor do XIX como uma típica “ideia fora do lugar”, para a qual a sua interpretação, acreditava ele, talvez, empreenderá um processo de *desideologização*.

Bem, tencionaremos, assim, desvelar parte de uma fusão de horizontes históricos em que uma dada interpretação conformou modalizações de um discurso que em certa medida interpela parcela, ainda que mínima, do debate historiográfico nacional, a saber, aquilo que Valdeci Lopes denominará “retórica do atraso”, a qual, dentro de um escopo maior de teorias da modernização – desde o nacional-desenvolvimentismo às Teorias da Dependência –, marcou, entre as décadas de 1950 e 1970, a “longa duração de como a experiência da modernidade foi traduzida *para e pelo* mundo ibérico entre os séculos XVIII e XIX” (ARAÚJO, 2013, p. 43). A obra *Raízes do Brasil*, mais fortemente a partir das modificações empreendidas pelo seu autor em 1948, constitui-se, como veremos, marca de historicidade que, entre outras, encetou, em parte, tal estrutura de pensamento.

No diálogo com o seu interlocutor do XIX, Cairu, ou melhor, no processo de desconstrução do seu discurso econômico, veremos, ainda, o modo como certas estratégias textuais e literárias, bem como a atenção com as palavras, vão ao encontro da crítica a uma dada recepção do pensamento do economista baiano no horizonte histórico da soleira da segunda metade do século XX, a qual caracterizaria, segundo Sérgio Buarque, “alguns dos freios tradicionais” que impedem o “advento de um novo estado de coisas” no país (HOLANDA, 1948, 254).

A fim de prepararmos o chão argumentativo que sustentará a nossa análise, não seria despropositado sugerir que Buarque de Holanda, nesse período, estivesse engajado na identificação de semas capazes de identificar traços de “representações mentais”¹ caras às elites coloniais e que, numa longa duração, possuíam pregnância no

¹ Lembrando que, à altura da segunda edição do livro, Holanda tivera já travado contato intenso com a chamada “missão francesa”, na extinta Universidade do Distrito Federal, onde fora professor assistente de Henri Hauser e,

presente o qual experienciava. Semas como “talento”, e o seu derivativo “inteligência”, seriam, na contemporaneidade do autor, elementos denunciadores de uma “eloqüência figural herdada da Colônia”, nas palavras de Roberto Vecchi (2004, p. 461). Atentemos para um trecho de artigo originalmente publicado no jornal *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, a 22 de agosto de 1948, data, lembremos, em que vem a lume a segunda edição de *Raízes do Brasil*:

Fiados no *poder mágico* que a palavra escrita ou recitada ainda conserva em nossos *ritos e cerimônias*, e que será sempre de interesse para quem se proponha pesquisar o *complexo folclore dos civilizados*, não faltam os que vêem no “talento”, no brilho da forma, na agudeza dos conceitos, na espontaneidade lírica ou declamatória, na facilidade vocabular, na boa cadência dos discursos, na força das imagens, na agilidade do espírito, na virtuosidade e na vivacidade da inteligência, na erudição decorativa, uma espécie de padrão superior da humanidade. Para estes a profissão de escritor – se assim já se pode dizer entre nós – não constitui, em realidade, apenas uma profissão, mas também e sobretudo uma forma de *patriciado* (HOLANDA, 1996, p. 35, 36).

Vale notar, primeiramente, mediante os nossos grifos, a tentativa de provocar um irônico efeito de distanciamento, tal qual o de um antropólogo na descrição de hábitos supostamente não familiares,² e cujo talento, destacado entre aspas, e inteligência vão ao encontro da finalidade única que as atividades intelectuais pareciam proporcionar: a distinção social, confirmada, na passagem, pelo sema aristocrático “patriciado”. Menos do que termos considerados no âmbito do pensamento abstrato, ou, como quer Sérgio Buarque em seu livro, das “especulações intelectuais”, significavam antes “amor à frase

100

provavelmente, já bem acomodado no uso de categorias e ferramentas metodológicas que os historiadores agrupados em torno da *Revista dos Annales* mobilizaram de disciplinas emergentes como a antropologia e a sociologia. Para a profícua experiência de Sérgio Buarque de Holanda na Universidade do Distrito Federal, cf. Carvalho (2003, p. 181-182).

² Traço bastante modernista do autor, esses oximoros *catacréticos*, como no da passagem acima: “complexo folclore dos civilizados”, bem como a famosa sentença que abre *Raízes do Brasil*: “somos ainda uns desterrados em nossa terra” (HOLLANDA, 1936, p. 03), ou antes, a passagem que encerra o texto “Corpo e alma do Brasil – ensaio de psicologia social”, publicado na revista *Espelho*, em março de 1935: “Hoje somos apenas um povo endomingado. Uma periferia sem um centro” (HOLLANDA, 2008, p. 600), demonstram, no conjunto de sua obra, que as formas de representação das caracterizações do mundo da experiência, vazadas pelo tropo da ironia, são possivelmente usadas de modo consciente, conferindo ao autor certo estatuto de superioridade cognitiva em relação aos horizontes de expectativa de alguns dos eventuais leitores desse tipo de escrita, à época. Carlos Guilherme Mota sugere que a “menor repercussão na época” da publicação da primeira edição de *Raízes do Brasil*, se comparada a outros estudos históricos, deve-se ao fato de trazer “em seu bojo a crítica talvez *demasiado erudita e metafórica*” para aquele ambiente cultural e político (MOTA, 1994, p. 30-31, grifo nosso). O paradoxo produzido entre folclore e civilização, na passagem supracitada, cumpre justamente a função de reafirmar a crítica da tradição, ou, ao menos, colocá-la em constante suspeição aos olhos do leitor. Pois, como afiança Hayden White, “a tática figurada básica da ironia é a catacrese (literalmente ‘abuso’), metáfora manifestamente absurda destinada a inspirar reconsiderações irônicas acerca da natureza da coisa caracterizada ou da inadequação da própria caracterização. A figura retórica da *aporia* (literalmente ‘dúvida’), em que o autor sinaliza de antemão uma descrença real ou fingida na verdade de seus próprios enunciados, poderia ser considerada a fórmula estilística predileta da linguagem irônica, tanto na ficção da espécie mais ‘realística’ quanto nas histórias que são moldadas num tom autoconscientemente cético ou são ‘relativizantes’ nas suas intenções” (WHITE, 2008, p. 51).

sonora, ao verbo espontâneo e abundante, à erudição ostentosa, à expressão rara” (HOLANDA, 1948, p. 107-108).

Partindo desses pressupostos, o ponto que nos interessará mais de perto é o que se refere à inserção, a partir da segunda edição do ensaio, das considerações em torno do economista oitocentista Visconde de Cairu. Trecho que, diga-se a propósito, receberá, no capítulo III, “Herança Rural”, o subtítulo “Cairú e suas idéias”. É de bom grado sublinhar que essa parte da obra é representativa do tema acerca do paulatino viés progressista de Sérgio Buarque no pós-Segunda Guerra Mundial, já apontado por polêmicos trabalhos, tais como a tese de João Kennedy Eugênio (2010) e o artigo de Leopoldo Waizbort (2011). Quanto ao teor político, diz Antonio Candido, já em meados da década de 1960:

A grande importância dos grupos rurais dominantes, encastelados na autarquia econômica e na autarquia familiar, manifesta-se no plano mental pela supervalorização do “talento”, das atividades intelectuais que não se ligam ao trabalho material e parecem brotar de uma qualidade inata, como seria a fidalguia. A esse respeito, Sérgio Buarque de Holanda desmascara a posição extremamente reacionária de José da Silva Lisboa, que um singular engano tem feito considerar como pensador progressista (CANDIDO, 2006, p. 243).³

Para Roberto Schwarz, aproximadamente uma década depois dos escritos de Candido, o *leitmotiv* desse capítulo de *Raízes do Brasil* será dedicado ao desvendamento dos “efeitos ideológicos do latifúndio” (SCHWARZ, 2000, p. 16). No caso do famoso prefácio de Antonio Candido, a inserção de Silva Lisboa, porém, se dá somente na edição de 1948, resultado, como ainda veremos, de um artigo de jornal publicado por Holanda dez anos após vir a lume o “clássico de nascença” (CANDIDO, 2006, p. 236), ou seja, em 1946. Convergindo, em parte, com os argumentos trazidos pelos artigos de Eugênio e Waizbort, argumenta-se que a pretensão de Candido em atribuir um sentido político progressista radical – *avant la lettre* – à obra, em sua primeira edição, acaba por promover uma cristalização de sua complexa historicidade. E, para falarmos com Dominick LaCapra (1998, p. 248), “a interação entre as tendências documentária e de ser-obra [em livros como *Raízes do Brasil*] provoca uma tensão que só é neutralizada através de processos de *controle e exclusão*”.⁴

Bem, tendo em mãos uma das obras de Cairu, os *Estudos do Bem Comum*, o historiador pretende demonstrar o modo como, partindo de uma tradução “equivocada” de algumas passagens de Adam Smith, o economista acaba por trazer para frente do cenário a lógica patriarcal como constituinte do modelo político, social e intelectual do Estado:

³ Cf. também a edição mais difundida Candido (1995, p. 15-16).

⁴ Grifo nosso.

Nem mesmo um Silva Lisboa que, nos primeiros decênios do século passado, foi grande agitador de novas ideias econômicas, parece ter ficado inteiramente imune dessa opinião generalizada, de que o trabalho manual é pouco dignificante, em confronto com as atividades do espírito. Nos seus *Estudos do Bem Comum*, publicados a partir de 1819, o futuro visconde de Cairú propõe-se mostrar aos seus compatriotas, brasileiros ou portugueses, como o fim da economia não é carregar a sociedade de trabalhos mecânicos, braçais e penosos. E pergunta, apoiando-se confusamente numa passagem de Adão Smith, se para a riqueza e prosperidade das nações contribui mais, e em que grau, *a quantidade de trabalho ou a quantidade de inteligência* (HOLANDA, 1948, p. 108).⁵

102 A “tradução mal feita”, segundo Sérgio Buarque, e “mais segundo o espírito do tradutor do que do original” (HOLANDA, 1948, p. 108, 109), delataria, às vésperas da Independência, a suposta confabulação do economista com o velho hábito herdado da aristocracia rural. Silva Lisboa, assevera Holanda (1948, p. 109), “toma decididamente o partido da ‘inteligência’” em detrimento das “atividades corporais”. Vejamos a retificação, posta em nota, por parte do autor, das “artimanhas” engendradas pelo baiano na tradução de certas palavras por inteligência: “A própria palavra ‘inteligência’ está, ao que parece, no lugar dos vocábulos *skill*, *dexterity* e *judgement*, do original inglês, nenhum dos quais, isoladamente ou em conjunto, poderia ter tal significado” (HOLANDA, 1948, p. 108). Nessa retradução, realizada pelo autor de *Monções*, há clara tentativa de se desvelar a estratégia de Cairu no traduzir as palavras *skill* (habilidade), *dexterity* (destreza), *judgement* (discernimento) por inteligência, segundo ele, semanticamente distantes da acepção que tal palavra possui em língua inglesa.⁶

Ao economista baiano deveria parecer inconcebível que a tão celebrada “inteligência” dos seus compatriotas não pudesse operar prodígios no acréscimo dos bens materiais que costumam fazer a riqueza e prosperidade

⁵ Grifo do autor, porém, na edição, o mesmo se encontra em negrito.

⁶ Em instigante ensaio, Pedro Meira Monteiro discorre sobre o zelo de Sérgio Buarque com a questão hermenêutica, bem como com a dimensão filológica no trato dos textos relativos aos tempos pretéritos. Ao reconstituir parcialmente uma polêmica, já na década de 1970, entre o autor de *Visão do Paraíso* e outro historiador da Universidade de São Paulo em torno de certas palavras, Monteiro diz: “Aparentemente, tudo se inicia com uma crítica mordaz que faz o autor de *Raízes do Brasil* a um texto de Carlos Guilherme Mota, em que se analisa o militarismo na Colônia e onde, segundo Sergio Buarque, comete-se um equívoco com as palavras. Porque, ainda de acordo com o crítico, Mota parece reforçar suas teses com uma afirmação de Vilhena sobre a muita ‘gente policiada’ que havia em Salvador, no século XVIII. Para Sergio Buarque, Carlos Guilherme Mota teria caído numa armadilha, ao ler o termo ‘policiada’ como a maioria de nós o leríamos hoje. Ocorre que a ‘polícia’ tem o sentido expresso, no século XVIII, de ‘civilização’. Mas ‘civilização’, nesse nosso sentido atual, é um termo da segunda metade do século XVIII, que ganharia de fato a rua com o sucesso da Revolução Francesa... Nós, de nosso lado, sabemos da importância, por exemplo, desse termo ‘civilização’, para a própria conceituação da ‘cultura’ no pensamento alemão. As considerações muito fecundas de Norbert Elias vão exatamente atrás desses sentidos múltiplos, ou, dito de outra forma, desses sentidos cambiantes. [...] segundo Sergio Buarque, há uma espécie de ‘petrificação’ da palavra no texto daquele historiador, ou em sua postura diante de certas palavras. (Não à toa, as severas críticas de Mota aos ‘explicadores’ do Brasil recairão sobre o ecletismo de sua terminologia, revelando, segundo ele, uma percepção generalizante da cultura brasileira, desapegada da dinâmica social das classes. [...])” (MONTEIRO, 1997, p. 5-6).

das nações. Essa, em resumo, a idéia que, julgando corrigir ou rematar o pensamento do mestre escossês, expõe em seu livro. Não lhe ocorre um só momento que a qualidade particular dessa tão admirada “inteligência” é ser simplesmente decorativa, de que ela existe em função do próprio contraste com o trabalho físico, por conseguinte não pode supri-lo ou completá-lo, e finalmente que corresponde, numa sociedade de coloração aristocrática e personalista, à necessidade que sente cada indivíduo de se distinguir dos seus semelhantes por alguma virtude aparentemente congênita e intransferível, semelhante por esse lado à nobreza de sangue (HOLANDA, 1948, p. 109).

Sendo, para Sérgio Buarque, o correlato objetivo da “cultura bacharelesca” no oitocentos, ele evoca aquele que, ainda hoje, é por muitos considerado um dos baluartes precursores do pensamento liberal no Brasil. Tal evocação se dá, contudo, por meio de complexo aparato de dispositivos formais, cuja estratégia textual orienta o autor à pretensão de empreender, como dito anteriormente, um processo de *desideologização*, revelando, como ainda veremos, a sutil preocupação em atingir o núcleo de resíduos discursivos cristalizados do passado colonial e imperial no presente; encontrando, segundo a sua interpretação, *pertinácia numa vertente semântica do controverso discurso modernista*.

O sentido efetual da palavra inteligência se faz sentir, contudo, mais fortemente quando recuamos algumas páginas antes de Sérgio Buarque de Holanda fazer menção direta ao Visconde de Cairu. Ainda à altura da página 106, dessa edição, após explicitar – mediante massivas fontes históricas acrescidas em dezenas de páginas, se comparadas à edição de 1936 – o malogro da experiência industrial no Império e como a iniciativa, ainda que de “boa-vontade” por parte de personalidades de vulto na aplicação de capital nesse campo, destoava da estrutura mental daquela sociedade,⁷ o historiador chega enfim nas consequências de tal situação para as ditas “manifestações do espírito”. Ouçamo-lo:

Não parece absurdo relacionar a tal circunstância um traço constante da nossa vida social: a posição suprema que nela detêm, de ordinário, certas qualidades de imaginação e inteligência, em prejuízo das manifestações do espírito prático ou positivo. O prestígio universal do “talento”, com o timbre particular que recebe essa palavra nas regiões, sobretudo, onde deixou vinco mais forte a lavoura colonial e escravocrata, como o são eminentemente as do Nordeste do Brasil, provém sem dúvida do maior decoro que parece conferir a qualquer indivíduo o simples exercício da inteligência, em contraste com as atividades que requerem algum esforço físico (HOLANDA, 1948, p. 106-107).

⁷ É importante ressaltar o incremento de quase quarenta parágrafos no terceiro capítulo, a partir da edição de 1948, cuja intenção é evidenciar o “avanço material” advindo do acúmulo de capital após abolição do tráfico negreiro. Cf. Holanda (1948, p. 90-119). Alguns desses dados – como, por exemplo, constituição de sociedades anônimas; fundação, em 1851, do segundo Banco do Brasil; inauguração, em 1852, da primeira linha telegráfica no Rio de Janeiro; em 1854 abre-se ao tráfego a primeira linha de estradas de ferro do país –, apesar de constarem em teor semelhante na publicação de 1936, recebem ganho considerável em detalhes e arrolamento de fontes – todas de natureza impressa, diga-se de passagem. Cf. Holanda (1948, p. 90 e ss.) e Hollanda (1936, p. 45-46).

Quanto ao recorrente uso das aspas em talento, seguida de inteligência, o ensaísta, procurando deslindar supostas contradições daquela realidade, tenciona que essas palavras se apresentem ao leitor como verdadeiros tapa-buracos, com as quais se pode, em quaisquer ocasiões, expressar tudo – e nada – ao mesmo tempo, isto é, palavras que, não remetendo a um número de significados razoavelmente precisos, se aproximam daquilo que Lévi-Strauss denominou “significantes flutuantes” (LÉVI-STRAUSS, 2003, p. 43). Usada a palavra inteligência sem o recurso às aspas, talvez quisesse o autor, ainda aqui, sugerir, tal qual um narrador não-confiável em primeira pessoa, uma postura que, ao mesmo tempo, instaura uma distância e, “[...] enquanto homem de seu tempo, [o torna] observador participante dos valores de outras épocas” (DIAS, 1985, p. 20, 21). Inteligência apareceria à linguagem do autor como que revelando uma cumplicidade corrosiva com a opinião dominante; embora somente aos poucos – duas páginas depois – é que tal opinião vai se desvelando como “destituída de verossimilhança” no âmbito daquela realidade, como tenta comprovar mediante a estratégica retradução de trechos dos *Estudos do Bem Comum*, a partir do cotejamento que supostamente efetua com obra de Adam Smith. Vale aqui repetir parte de excerto, já apropriado, no intuito de expor o modo como o historiador prepara o chão discursivo com o qual irá, páginas depois, desconstruir o argumento do Visconde de Cairu, citando-o diretamente:

104

O trabalho mental [...] não significa forçosamente, neste caso, amor ao pensamento especulativo – a verdade é que, embora presumimos o contrário, dedicamos, de modo geral pouca estima às especulações intelectuais –, mas amor à frase sonora, ao verbo espontâneo e abundante, à erudição ostentosa, à expressão rara. É que para bem corresponder à função que, mesmo sem o saber, lhe conferimos, inteligência há de ser ornamento e prenda, nunca instrumento de conhecimento e ação [...] o exercício dessas qualidades que ocupam a inteligência sem ocupar os braços tinha sido considerado, já em outras épocas, como pertinente aos homens nobres e livres, de onde, segundo parece, o nome de liberais dado a determinadas artes, em oposição às mecânicas que pertencem às classes servis (HOLANDA, 1948, p. 107-108).

Pois bem, a consumação paradigmática disso se efetiva no momento em que Cairu entra em cena. Após antecipar, em duas páginas do capítulo, o discurso citado, disseminando-o e ocultando-o, por meio da palavra inteligência, no contexto narrativo (BAKHTIN, 2010, p. 173), o faz, por fim, aparecer, páginas depois, indiretamente no discurso do baiano: “E pergunta, apoiando-se confusamente numa passagem de Adão Smith, se para a riqueza e prosperidade das nações contribui mais, e em que grau, *a quantidade de trabalho ou a quantidade de inteligência*” (HOLANDA, 1948, p. 108, grifo nosso). Destarte, o autor quer nos chamar a atenção para um hipotético ato de raciocínio ideologicamente orientado, a partir do qual somos incentivados a “ver” mais do que a

personagem Cairu mesma conseguiu ver dentro de seu horizonte histórico: “Não lhe ocorre um só momento que a qualidade particular dessa tão admirada ‘inteligência’ é ser simplesmente decorativa [...]” (HOLANDA, 1948, p. 109). E, se se quer ir ainda mais longe, pode-se dizer que somos dramaticamente incentivados a ver mais do que um hipotético público leitor que, num arco temporal de quase uma centúria e meia – considerando a publicação dos *Estudos do Bem Comum*, 1819, e a segunda edição de *Raízes do Brasil*, 1948 –, acaba por, inconscientemente, se “autodenunciar” como *totalidade* da qual o Visconde de Cairu é *parte*, uma vez que o fenômeno inteligência, como conotado por Holanda, constitui-se componente abrangente da lógica dominante no sistema intelectual, político e cultural desde tempos idos da formação nacional, e que, sugere o intelectual, parecia acometer aspectos do presente no qual vivia. Voltemos em passo no qual estocada final é dirigida ao caso exemplar da obra de Cairu:

[...] parece certo que o autor dos *Estudos do Bem Comum*, a despeito de seu trato com economistas britânicos, *não contribuiu, salvo nas aparências e superficialmente*, para a reforma das nossas idéias econômicas. Pode dizer-se que, em 1819, *já era* um homem do passado, comprometido na tarefa de, a qualquer custo, frustrar a liquidação das concepções e formas de vida relacionadas de algum modo ao nosso passado rural e colonial (HOLANDA, 1948, p. 110-111, grifos nossos).

Destaquemos, aqui, o advérbio “já”, na assertiva oração, a partir do qual aventamos o intuito do historiador de projetar aos primórdios da colonização todo um arcabouço discursivo da *herança* que inefetiva o *telos* da modernidade brasileira. Seria como se Sérgio Buarque quisesse indagar: se, em 1819, Cairu *já era* um homem do passado, o que dizer dos que, em plena década de 1940, desejam, a qualquer custo, reabilitar a atualidade de suas ideias?⁸

Antes, porém, de adentrarmos nas considerações sobre pequeno capítulo da recepção da obra do economista em meados do século XX, é pertinente ressaltar que o historiador paulista caracteriza-se como o carro-chefe dessa leitura de Cairu como conservador e passadista, a qual constituirá “escola” século XX adentro.⁹ Por outro lado,

⁸ Essa imagem de um tempo emperrado, por assim dizer, de um progresso incerto, revela uma certa amplitude de apropriações do tempo histórico moderno na obra de Sérgio Buarque. Que temporalidade vibra na apresentação de um homem que “já era um homem do passado”? Em artigo recente, tivemos oportunidade de descortinar, nesse sentido, algumas especificidades em relação às temporalidades articuladas da primeira para a segunda edição de *Raízes do Brasil*. Por meio do cotejamento, entre elas, de algumas marcas temporais agregadas a partir do livro de 1948, como, por exemplo, emprego de advérbios tais como “até hoje”, “ainda”, “ainda hoje”, “ainda não” e o “já”, propriamente dito, sugerimos que, na coordenação assimétrica em que se situa o presente entre passado e futuro, ou nas categorias koselleckianas, entre “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, a ênfase pendia para a primeira, ao passo que, no livro de 1936, verifica-se de modo mais forte a pretensão de ruptura com o passado, sugerindo, assim, maior ênfase na expectativa quanto ao futuro.

⁹ Nesse sentido, um detalhado balanço historiográfico foi realizado por Rocha (2001). Cf. também Pereira; Pereira (2006, p. 192-213).

para além da interpretação buarquiana, há de se considerar as especificidades do horizonte histórico no qual atua política e historiograficamente o escritor do oitocentos. Valdei Araujo e João Paulo Pimenta argumentam que atores como José Bonifácio, o próprio Silva Lisboa e muitos outros situam-se num contexto compreendido pela “formação das macronarrativas ilustradas” (ARAUJO; PIMENTA, 2009, p. 127), entre, mais ou menos, 1808 e 1831. A autoconsciência de uma inédita aceleração histórica no mundo luso-americano, aberta pela crise do Antigo Regime e, mais fortemente, pela transferência da Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro, em 1807, não passou ao largo das ações políticas de intelectuais como Cairu. Tal acontecimento, segundo Araujo e Pimenta, “não apenas acentuaria a ideia de especificidade do continente americano no conjunto do Império português, como lhe conferia uma nova dignidade histórica” (ARAUJO; PIMENTA, 2009, p. 127). Participando de uma linguagem política comum a muitos dos letrados do período, qual seja, a “linguagem da restauração”, o economista deixa evidente em seus escritos a preocupação com o uso de temas caros ao “reformismo lusitano”, de acordo com Bruno Diniz,

destinados à legitimação do governo de D. João frente aos súditos da nação portuguesa, sejam eles de aquém ou de além mar. Esta linguagem política é caracterizada pela constante justificação das medidas econômicas implementadas pela Corte no Brasil, como influenciadas pelos principais teóricos do Liberalismo Econômico, especialmente os de matriz britânica, utilizando para tal a publicação de obras sobre Economia Política que almejavam validar tais políticas. A *Linguagem da Restauração* também é caracterizada por tentar promover a restauração da glória do Império português que havia sido abalada pela invasão napoleônica ao Reino de Portugal e a subsequente transmigração da Corte para o Rio de Janeiro. Portanto, os escritos de Silva Lisboa pretendiam algo mais do que garantir a legitimidade do governo de D. João e responder as críticas ao mesmo. Existia também uma constante preocupação em tentar conter a propagação, ou, ao menos, desmerecer os ideais da Revolução Francesa, considerados por Silva Lisboa como os principais responsáveis pela crise que abalara a monarquia lusitana naquele período (SILVA, 2010, p. 46).

106

Portanto, distante ainda da concepção moderna de tempo – ou a evitando, em parte –, e cuja escatologia do conceito de “revolução” agregada a ela se fará hegemônica tempos depois, como atestam as teses de Reinhart Koselleck, o visconde, talvez, tenha procurado adaptar de modo pragmático o seu liberalismo às especificidades do Brasil; combinando inovação e conservação de modo a equilibrar “um projeto político e cultural que enfrentasse os tempos modernos” (ARAUJO; PIMENTA, 2009, p. 127). Daí que a sua tradução das palavras do livro de Smith para inteligência possa, talvez, fazer sentido tanto em termos de conhecimento prático e positivo destinado ao trabalho produtivo e à “animação e direcção da Geral Industria” (LISBOA, 1819, p. XII), como também assumir, em forma de um signifiante flutuante, conotação moderada que, por sua vez, não se opunha diretamente, até o momento, à instituição escravidão e tudo o que em seu bojo vinha no sentido de produção econômica e material. No campo

político, José Jobson de Arruda e Fernando Novais matizam a leitura conservadora de Cairu ao salientarem que defini-lo simplesmente como “um ideólogo do senhorio brasileiro descarta a questão essencial: a de que foi exatamente este estrato social que, bem ou mal, empenhava-se em organizar a nação” (ARRUDA; NOVAIS, 2003, p. 793).

II.

Tencionaremos, doravante, chamar um pouco mais a atenção do leitor para um detalhe surpreendente de estratégia textual engendrada por Buarque de Holanda: no excerto acima, citado de *Raízes do Brasil*, uma nota é, de súbito, inserida entre a assertiva “pode dizer-se que, em 1819, já era um homem do passado” e o restante da sentença, “comprometido na tarefa de, a qualquer custo, frustrar a liquidação das concepções e formas de vida relacionadas de algum modo ao nosso passado rural e colonial”. A nota é endereçada a um seu contemporâneo: Alceu Amoroso Lima. Antes, porém, que a reproduzamos, na íntegra, faz-se necessário clarear minimamente o lugar estratégico por ela ocupado, ali. O caráter emblemático de seu enunciado só fará pleno sentido se colocarmos em suspenso a afirmação de Sérgio Buarque, segundo a qual a nota cumpre função de exprimir apenas um “ponto de vista oposto” ao seu, e nos remetermos a alguns decênios antes da publicação daquelas linhas. Como é sabido, o nosso autor, embora não participante direto da “Semana de 22”, foi propulsor de significativas alterações travadas no interior dos tempos de fogo do Modernismo. Como o mesmo afirmou numa entrevista, em data bastante próxima da publicação da edição ora tratada de sua obra primeira, o movimento modernista

reagiu, sobretudo, contra certos estorvos que limitavam o horizonte literário e também contra os preconceitos que baniam da literatura determinados temas, considerados não-literários, indignos de interessar a um artista. Numa palavra, bateu-se por uma nova visão de vida e, por conseguinte, da arte. Os moços que surgem hoje e encontram o caminho aberto, não avaliam o esforço que foi preciso despendido para aplainar o chão, removendo o entulho (HOLANDA, 1957, p. 122).

Se, por um lado, a assertiva desse trecho se deixa inferir que a “metralhadora giratória” da crítica buarquiana afetava apenas os ditos “parnasianos” e “passadistas” da *belle époque* tropical, sua arma em forma de diatribe, é bem verdade, não deixou de refratar em direção ao “estorvamento” provocado endogenamente por certos coetâneos. Em outras palavras, ainda tomado pelo turbilhão de “22”, Buarque de Holanda visou empreender uma revisão dentro daquilo que se propunha ele mesmo ser uma revisão: o movimento modernista. Como já tratado por alguns estudiosos de sua obra, parcela do encadeamento de tal reação se deu em 1926, quando, no famoso

“O lado oposto e outros lados”, o jovem Holanda desferiu tiros contra aqueles nos quais imprimia a pecha de “acadêmicos ‘modernizantes’”. Embora não diretamente mencionado entre esses, Alceu Amoroso Lima, à época sob a alcunha do renomado crítico Tristão de Athayde, compunha, junto com Graça Aranha, Ronald de Carvalho, Renato Almeida, Guilherme de Almeida e outros, a ala, por assim dizer, “girondina” do Modernismo. Aquela, segundo Sérgio Buarque, composta por

gente bem-intencionada e que esteja de qualquer modo à altura de nos impor uma hierarquia, uma ordem, uma experiência que estrangulem de vez esse nosso maldito estouvamento de povo moço e sem juízo. Carecemos de uma arte, de uma literatura, de um pensamento enfim, que traduzam um anseio qualquer de construção, dizem (HOLANDA, 1989, p. 87).

Evocação em primeira pessoa, dirigida intencionalmente àquele intelectual, se dá dois anos depois de escrito o “estabanado texto-estopim da implosão do movimento modernista”,¹⁰ quando, em resenha aos *Estudos (1ª série)* – marco divisório de sua conversão ao catolicismo, e, conseqüentemente, a um retorno ao cânone da tradição, representa a sua não mais disponibilidade no presente do torvelinho modernista –, Buarque de Holanda antevia naquelas reflexões certa tentativa de reatamento de um elo perdido entre dois mundos e temporalidades históricas radicalmente irreconciliáveis.

108

O que seria a nós pelo menos interessante é [...] se não tivesse percebido que a concepção católica do mundo coincide perfeitamente com sua exigência de uma solução dos elementos anárquicos do cristianismo nos princípios que criam e que alimentam a ordem civil, a moral urbana, de uma pacificação impossível do espiritual com o temporal. Nenhuma outra doutrina conviria tão plenamente a um homem que aspira a organizar a sua desordem neste mundo sem recusar subvenções do outro mundo. E que, mesmo independente delas, aí não vierem, desejaria “restabelecer um equilíbrio da vida, disciplinar os demônios da liberdade”. [...] Não se pode mais hoje, como no tempo de Santo Agostinho, ser ao mesmo tempo e simultaneamente um cidadão do céu e da terra. E o pensamento que realmente quiser importar para a nossa época há de se afirmar sem nenhum receio pelos seus reflexos sociais, por mais detestáveis que estes pareçam. Há de ser essencialmente um pensamento *apolítico* (HOLANDA, 1989, p. 113, 114).

O teor crítico dessas linhas reaparece implicitamente oito anos depois, na primeira edição de *Raízes do Brasil*, momento no qual, diga-se de passagem, “já em 1936 – antes, portanto, do *aggiornamento* – Alceu Amoroso Lima falava em pós-modernismo. Indicava a mudança de qualidade no clima intelectual de então em face

¹⁰ “Um texto estabanado, que provocou reações de todo lado, inclusive dos aliados, pois Mário de Andrade não se sentiu bem-representado no ‘nós’ invocado contra os outros, os acadêmicos modernizantes. Sérgio colocou a tropa em combate sem avisar inclusive os mais graduados. Estabanado também porque mostra o quanto o autor havia sido dissimulado ao elevar Graça Aranha à condição de ‘um homem essencial’. Foi do louvor ao vitupério sem muitas mediações” (GOMES JÚNIOR, 2011, p. 121).

do momento de crise que marcou a época modernista" (GOMES JÚNIOR, 2011, p. 126). Embora longa a passagem, vejamos, pois, a articulação de ideias realizada por Holanda, entre os textos de 1928 e 1936, contra o tradicionalismo que, a despeito de não ser diretamente mencionado, parece querer representar as matrizes de pensamento do intelectual católico:

A falta de coesão em nossa vida social não representa, assim, um fenômeno moderno. E é por isso que erram profundamente aqueles que imaginam na volta à tradição, a certa tradição, a única defesa possível contra nossa desordem. Os mandamentos e as ordenações que elaboraram esses eruditos são, em verdade, criações engenhosas do espírito, destacadas do mundo e contrárias a ele. Nossa anarquia, nossa incapacidade de organização sólida, não representam a seu ver mais do que uma ausência da única ordem que lhes parece necessária e eficaz. Si considerarmos bem, a hierarquia que exaltam é que precisa dessa anarquia para se justificar e ganhar prestígio. *E será legítimo, em todo caso, esse recurso ao passado em busca de um estímulo para melhor organização da sociedade? Não significaria, ao contrário, apenas um índice de nossa incapacidade de criar espontaneamente? As épocas realmente vivas nunca foram tradicionalistas por deliberação.* A escolástica na Idade Média era viva porque era atual. A hierarquia do pensamento subordinava-se a uma hierarquia cosmogônica. [...] A Idade Média mal conheceu as aspirações conscientes para uma reforma da sociedade. O mundo era organizado segundo leis eternas indiscutíveis, impostas do outro mundo pelo Supremo Ordenador de todas as coisas. Por um paradoxo singular, o princípio formador da sociedade era, em sua expressão mais nítida, uma força inimiga, inimiga do mundo e da vida. Todo o trabalho dos pensadores, dos grandes constructores de sistemas, não significava outra coisa senão o empenho em disfarçar, quanto possível, esse antagonismo entre Espírito e a Vida (*Gloria naturam non tollit sed perficit*). *Trabalho de certa maneira fecundo e venerável, mas cujo sentido nossa época já não quer compreender em sua essência. O entusiasmo que pode inspirar essa grandiosa concepção hierárquica da sociedade, tal como a conheceu a Idade Média, é na realidade uma paixão de professores* (HOLLANDA, 1936, p. 6-9, grifo nosso).

109

Tanto na resenha de 1928, denominada "Tristão de Athayde", publicada originalmente no *Jornal do Brasil*, em 29 de agosto, como em "O lado oposto e outros lados", e, mais diatribicamente, em *Raízes do Brasil*, 1936, vê-se um Sérgio Buarque de Holanda preocupado em reagir a um roteiro bem delineado de doutrinas provenientes de certos segmentos sociais, representados, entre outros, por Alceu Amoroso. Trazendo em seus arcaibouços discursivos certa insistência na tal "panaceia abominável da construção", tais segmentos tencionavam, de acordo com o futuro autor de *Visão do Paraíso*, realizar, mediante suas "políticas literárias", a milagrosa formação do país; políticas literárias essas atualizadas sob moldes metafórico-conceituais herdados de períodos idos de "uma narração nacional (portanto uma metáfora) que sacraliza o nexo com a modernidade e a modernização" (VECCHI, 2004, p. 463).

Após breve digressão que intenta lançar luzes nas divergentes perspectivas e visões de mundo dos dois significativos intelectuais do século XX brasileiro, podemos

pontuar que, atravessando esse período modernista do “anseio qualquer de construção”, o qual costura grande parte da sua crítica político-literária na década de 1920; passando pela década de 1930, momento no qual se encontram as denúncias aos “artificialismos” e “exotismos” perpetrados pelo Modernismo, contrapondo a esse “um humanismo brasileiro e cristão” capaz de rejuvenescer esse momento no qual denomina “pós-modernista”; e chegando até 1945, fase de seu *aggiornamento*, Alceu Amoroso Lima permanece ativo na rivalidade ético-política e literária mantida com Sérgio Buarque de Holanda até o fim de sua vida. Embora esse último sempre conservasse a admiração e o respeito pelo seu adversário, nunca deixou de se contrapor à sua concepção estética imbricada a uma metafísica cristã, que, por sua vez, se relacionava organicamente a uma postura política que se arrogava liberal-democrática – a despeito de o estudioso católico ter comemorado a vitória de Franco na Espanha, e, tempos depois, ter se transformado num dos renomados combatentes intelectuais da Ditadura civil-militar de 1964 (GOMES JÚNIOR, 2011). É nessa fase, pois, década de 1940, que se presencia o retorno de Amoroso Lima ao cenário político, e cuja pretensão liberalizante da conferência em homenagem ao Visconde de Cairu, da qual Holanda extrai a passagem que ora se reproduzirá, é peça componente do complexo mosaico da trajetória desse controverso intelectual. Diz o historiador na referida nota de rodapé do capítulo “Herança Rural”:

110

Um ponto de vista oposto ao que se exprime aqui é o defendido pelo Sr. Alceu Amoroso Lima em conferência sobre Cairú, publicada a primeiro de novembro de 1944 no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro. Referindo-se aos *Estudos do Bem Comum*, assim se manifesta o *ilustre pensador*: “Na impossibilidade de analisar devidamente essa grande obra, seja-me permitido apenas, para provar a atualidade das idéias econômicas de Cairú e, de outro lado, a sua autonomia em face de seu mestre Adam Smith, relembra um traço essencial de sua teoria da produção econômica. Haviam os fisiocratas colocado a *terra* como elemento capital da produção. Veio Adam Smith e acentuou o elemento *trabalho*. E com o manchesterianismo, o *capital* é que passou a ser considerado o elemento básico da produção. Pois bem, o *nosso grande Cairú*, no seu tratado de 1819, mencionando embora a ação de cada um desses elementos, dá sobre eles a preeminência a outro fator, que só modernamente, depois da luta entre o socialismo e o liberalismo de todo o século XIX, é que viria a ser destacado – a *Inteligência*”. E acrescenta, linhas adiante: “Cairú é o precursor de Ford, de Taylor, de Stakhanoff, a um século de distância” (HOLANDA, 1948, p. 111, 112).¹¹

A rivalidade derivada do campo estético resvala conseqüentemente no campo político, donde o historiador, sempre considerando a postura do seu adversário tradicionalista e dogmática, intenta revelar o hipotético apreço de Amoroso Lima por certa dimensão do passado e da tradição, denunciando com isso a face “antimoderna” do pensador que se dizia, “*ao mesmo tempo*, como desde então [tem] tentado ser:

¹¹ Grifo nosso nas expressões “ilustre pensador” e “o nosso grande Cairú”.

católico em religião, *tomista* em filosofia, *democrata* em política, e *modernista* em arte” (LIMA *apud* GOMES JÚNIOR, 2011, p. 124).

Voltemos, agora, nossa atenção ao detalhe textual estrategicamente engendrado por Sérgio Buarque: o trecho anteriormente citado é reprodução integral da emblemática nota, incorporada ao ensaio somente a partir da edição de 1948, juntamente com todo esse trecho sobre Cairu. O recurso ao dispositivo representa um dos diálogos entre Alceu Amoroso Lima e Buarque de Holanda, aqui e acolá em *Raízes do Brasil*, embora mais sub-repticiamente na edição de 1936. Ora, mesmo a quem desconhece parte da polêmica por nós brevemente evocada, não passa despercebida a “comprometedora” associação – pela disposição da nota em meio a implacável teor discursivo – entre autores pertencentes a duas gerações que, ao menos aparentemente, estariam apartadas por estruturas históricas distintas. Bem, até aí, não estaríamos diante de novidades, não fosse pela forma com que o autor de *Monções*, tendo em vista a postura política do pensador do século XX, “diz” da cumplicidade entre o “tradicionalismo” desse e o “conservadorismo” do “nosso grande Cairú”, como o chamou Amoroso Lima. Pode-se dizer que quase não há expresso juízo valorativo direto em toda a enunciação da nota. Esse se dá no detalhe.

E exatamente nesse ponto é que podemos, *mutatis mutandis*, estreitar a posição do “narrador buarquiano” e aquela do autor do romance moderno, principalmente no que toca especificamente ao narrador flaubertiano:

Quando falamos de uma boa prosa, raramente comentamos que ela realça o detalhe expressivo e brilhante; que privilegia um alto grau de percepção visual; que mantém uma compostura não sentimental e que se abstém, qual bom criado, de comentários supérfluos; que é neutra ao julgar o bem e o mal; que procura a verdade, mesmo que seja sórdida; e que traz em si as marcas do autor, que, embora perceptíveis, paradoxalmente não se deixam ver. Encontramos algumas dessas características em Defoe, Austen ou Balzac, mas todas juntas só em Flaubert (WOOD, 2012, p. 43).

Tendo em mente, pois, o romancista francês – quando deixa, por exemplo, falar e agir livremente as personagens do boticário, Homais, e do médico, Charles, marido de Emma Bovary, abstendo-se de tecer comentários sobre se as ações de suas criações são boas ou ruins em si mesmas, não que elas não estejam postas –, a remição a Alceu Amoroso Lima, ao menos na nota destacada, parece aproximar-se desses mesmos procedimentos formais. De modo semelhante às estratégias flaubertianas de narração, o ensaísta brasileiro se abstém de afirmar que a reprodução, por parte de Amoroso Lima, desse “significante flutuante” inteligência, em pleno 1944, data de publicação da conferência em homenagem ao Visconde de Cairu, revela o que ele considera tradicionalismo, “desmascarando”, como afirmou Antonio Candido, a longa duração da má formação das raízes do Brasil.

Em sua obra capital, quando, por exemplo, do desconcertante episódio da malograda operação cirúrgica nos pés de Hippolyte, que, apesar de coxo, vivia e trabalhava normalmente, Flaubert não precisou, em nenhum momento, dizer da mediocridade de Charles, o respeitado médico da pequena cidade de Yonville, mas que não gozava de diminuta parcela de prestígio, se comparado aos médicos da capital francesa. Também, em toda a obra, preferiu o autor evitar que saíssem de sua pena impressões diretamente valorativas sobre o boticário Homais, espécie de voltairiano “leitor de orelhadas”, que, a despeito de repudiar a religião, louvava fervorosamente qualquer moderno pensamento que se pautasse pelo rigor e objetividade do método científico. Ao ouvir falar, apenas, por meio de *métier* acadêmico, de nova técnica cirúrgica para corrigir pés tortos, Homais consegue convencer o até então receoso do empreendimento, Charles, o qual, por sua vez, não vê nisso mais do que uma boa oportunidade de elevar o nome Bovary – para felicidade também da esposa. Ao fim, quando a perna de Hippolyte contrai uma irreversível gangrena e necessita urgentemente ser amputada por outro médico, oriundo, diga-se de passagem, de outra cidade, o romancista não precisou anunciar em letras garrafais a condição mediana e inexpressiva daquelas personagens e do lugar periférico que ocupavam seus papéis sociais em relação aos modelos que vinham da ostentosa Paris, capital cultural do século XIX. Um exemplo elucidativo da imparcialidade e objetividade da prosa flaubertiana encontra-se, ainda, no capítulo V da primeira parte de sua obra-prima. Para dizer de um traço característico que completa a condição mediana do profissional da medicina, qual seja, o não cultivo do hábito de leituras elementares, sequer, o escritor francês apenas descreve o *quadro* que compõe o ambiente de trabalho de sua personagem:

Do outro lado do corredor estava o gabinete de Charles, pequena sala de cerca de seis metros de largura, com uma mesa, três cadeiras e uma poltrona. Os tomos do *Dicionário de Ciências Médicas, sem cortes [non coupés]*, mas cujas brochuras sofreram estragos com as vendas sucessivas por quais eles passaram, ocupavam, quase sozinhos, seis prateleiras de uma estante de abeto (FLAUBERT, s/d, p. 67-68, tradução nossa).

Ao desdobrarmos o movimento buarquiano do recurso à ironia, percebemos que, lançando mão de expressão adjetivada “ilustre pensador” com a qual designa Amoroso Lima, e, antes, de tom cerimonioso por meio da forma de tratamento “Sr.”, o autor aventa a sua inserção ambígua nessa comunidade discursiva: se o elogio demonstra, talvez, a despeito da sempre ácida polêmica, a relação respeitosa entre os dois intelectuais, não deixa, contudo, de carregar certa conotação corrosiva, talvez mais do que mera dissimulação. Tal como Flaubert nos faz ver mais do que suas personagens, Holanda crê, porventura, fazer-nos ver mais do que Amoroso Lima, receptor das ideias de Cairu. Outro importante elemento, tanto estilístico como

hermenêutico, da segunda edição de *Raízes do Brasil*, e que não poderá passar ao largo de nossas reflexões, diz repetido ao recurso à *colagem*: todo o trecho que traz as considerações sobre Cairu é importado de publicação anterior a essa edição do livro de estreia do nosso autor. Com algumas poucas, porém representativas, modificações em sua reprodução quase integral na obra, o artigo intitulado “Inatualidade de Cairu”, originalmente publicado em *O Estado de São Paulo*, a 14 de março de 1946, é um índice da incessante preocupação de Buarque de Holanda com a escrita e, conseqüentemente, com o sentido a partir do qual a narrativa irá ser conduzida, tendo em vista os recursos formais mobilizados e o efeito desses na imaginação do leitor ideal. Efeitos, ainda, vale dizer, nem um pouco alheios à preocupação de instigar, mediante atualização das edições, certa intervenção nos candentes debates políticos dos presentes em que cada publicação de *Raízes do Brasil* vem a lume.

Pois bem, retornando às considerações sobre o Visconde de Cairu, vejamos como, no artigo de imprensa, certas nuances do discurso indireto, se cotejadas com a forma como fora elaborado em torno do mesmo objeto, em *Raízes do Brasil*, coloca o autor/narrador em posição de destaque no que tange a certa consciência das potencialidades figurativas que a própria “natureza” da forma ensaio proporciona. Principiemos pelo que nos parece demonstrar certo desconforto de Holanda em relação à dada recepção, no século XX, do autor do XIX, cujo empenho dirige-se, segundo ele, à promoção de um retorno das ideias de Cairu e à proclamação de sua suposta atualidade naquele contexto político.¹²

¹² Parte dessa recepção glorificadora de Cairu pôde ser recentemente reconstituída nos escritos de Antonio Penalves Rocha. Ela começa por volta de 1935 e perdura até a década de 1970. “O processo de glorificação de Cairu no século XX foi iniciado com uma conferência de Braz do Amaral sobre a sua vida e sua obra, apresentada, em 1935, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por ocasião por ocasião da celebração do centenário da sua morte. Nela, Silva Lisboa ganhou a posição de um grande economista, juriconsulto, político e polemista do Brasil do século XIX. Logo em seguida, em 1936, Silva Lisboa foi posto nas nuvens pelo caráter heróico da sua conduta política e pela excelência da sua obra num número especial da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia*, publicado para homenageá-lo. Ainda em 1936, dando continuidade ao processo de glorificação, foi inaugurada uma forma de interpretação da sua obra por Alceu Amoroso Lima: trata-se do esforço em atribuir um caráter original e revolucionário a algumas de suas idéias, de modo a caracterizá-la com um precursor de importantes formulações no campo da economia. Assim, por exemplo, o princípio de Silva Lisboa sobre o primado da inteligência na economia tornou-se ‘o nervo das mais modernas doutrinas econômicas, a ‘tecnocracia’, baseada na *racionalização* (grifo do autor) da economia. [...] Além de ter imaginado o personagem como um precursor, Amoroso Lima empenhou-se também em elevá-lo à condição de herói nacional: ‘É mister que a posteridade se habitue a chamar Cairu de Patriarca da nossa Independência Moral e Intelectual’. Um efeito dessa ‘escola’ de interpretação manifestou-se, em 1943, no *Cairu* de José Soares Dutra, que retrata Silva Lisboa como um ‘liberal moderado, socialista à maneira de Leão XIII’. Assim, a noção de propriedade do visconde é ‘tão visceralmente cristã e ortodoxa que, se a conhecesse, Leão XIII tê-la-ia – quem sabe? – citado no *Rerum Novarum*. É tão fundamentalmente humana que Marx e Engels tê-la-iam, possivelmente acatado, se não vivesse esquecida nos velhos Anais do Senado’. Hélio Vianna também forneceu material para a construção dessa imagem, embora não praticasse o ensaísmo dos seus contemporâneos. Recorrendo aos métodos da História ‘científica’, em 1945, Vianna examinou a atuação de Silva Lisboa como jornalista e o elegeu o ‘mais notável publicista do terço inicial do século XIX’. Nos meados dos anos 50, L. Nogueira de Paula foi mais longe que Amoroso Lima. Para ele, Cairu não foi somente precursor, mas também ocupou lugar

De 1935, quando se celebrou o centenário de seu nascimento [sic], data o prestígio excepcional que *ainda hoje* desfruta no Brasil o nome de Visconde de Cairu. Explica-se em parte esse prestígio pelo reforço inesperado que, aproximadamente há um decênio, a obra de José da Silva Lisboa pareceu dar a *certas ideias* então trazidas à tona pelo ambiente político e espiritual do país. O economista baiano era uma espécie de precursor de emergência, capaz de reabilitar e dignificar altamente essas ideias. Para *os apologistas que logo conquistou*, sua grandeza não provinha do fato de ter importado em boa hora as doutrinas de Adam Smith, tornando-se o arauto entre nós, da economia liberal, mas ao contrário, no de ter hesitado por ocasiões, em aceitar a lição do mestre com todas as suas consequências lógicas. E foi nessas hesitações que *procuraram* pressurosamente a novidade, a originalidade e, mais do que tudo, a atualidade das ideias de Cairu (HOLANDA, 2011, p. 265, grifo nosso).

114 Nesta passagem, podemos inferir traços da característica crítica sibilina da narrativa buarquiana, com a qual, mediante jogo de subentendidos – uma vez que não há expresso em todo o trecho nenhum termo negativo *a priori* –, estabelece interlocução imediata com o seu presente, acreditando desse modo trazer à tona certa reabilitação emergencial da leitura de determinada obra a fim de corroborar um regime político e as consequentes estruturas de pensamento que o conformam e o legitimam. Abrindo um parêntese, poderíamos arriscar a hipótese segundo a qual a conotação atribuída, por Sérgio Buarque, à palavra inteligência estivesse antecipando uma controversa tese desenvolvida décadas depois por Luiz Costa Lima, a saber: “a cultura da auditividade”, que, numa longa duração, conforma, segundo o crítico, o “precário sistema intelectual brasileiro”. Esse, grosso modo, herdeiro do legado estatutário colonial, portanto sem um “centro próprio de decisão” a partir do qual seria “capaz de julgar da originalidade, pertinência e/ou validade de certa obra, de certa corrente ou de certa teoria” (COSTA LIMA, 1981, p. 23), transforma o pensamento complexo em matéria palatável e impactante à recepção pragmática das obras. Não passando tal fenômeno ao largo das linhas de *Raízes do Brasil*, vejamos, já no capítulo “Novos tempos”, da edição de 1948, o que diz o seu autor:

O móvel dos conhecimentos não é, no caso, tanto intelectual quanto social, e visa primeiramente o enaltecimento e a dignificação daqueles que os cultivam. De onde, por vezes, certo tipo de erudição sobretudo formal e exterior, onde os apelidos raros, os epítetos supostamente científicos, as citações em lingua

de extraordinária importância na história do pensamento econômico ao influenciar ninguém menos que Ricardo, descendente de uma família de judeus portugueses, de acordo com sua suposição... No trabalho de E. Vilhena de Moraes, a glorificação de Cairu alcançou seu ponto culminante: aqui ele apareceu como o ‘primeiro sociólogo do mundo em ação’ que, ao valorizar a inteligência em detrimento do trabalho, ‘volta-se contra Marx’, tendo sido o ‘precursor entre nós, e talvez no mundo inteiro, da teoria do valor da inteligência’. Um ano depois do trabalho de Vilhena de Moraes, Silva Lisboa era identificado como ‘precursor de Keynes, Pareto, Roosevelt, List, Marx e Engels, Elísio de Oliveira Melchior’. A última manifestação dessa louvação disparatada de Cairu foi feita por alguns escritores dos anos 1970” (ROCHA, 2001, p. 25-27).

estranha se destinam a deslumbrar o leitor como se fossem uma coleção de pedras brilhantes e preciosas. O prestígio de determinadas teorias que trazem o endosso de nomes estrangeiros e difíceis, e pelo simples fato de o trazerem, parece enlaçar-se estreitamente a semelhante atitude (HOLANDA, 1948, p. 246).

Ao sugerir a encarnação desse espírito de seu tempo em alguns dos homens do período, presenciamos, ainda no artigo para o *Estado de São Paulo* – escrito, recorde-se, dois anos antes da publicação da segunda edição da obra –, perplexidade do historiador diante do fato de

um pensador tão respeitável como Alceu Amoroso Lima, descobr[ir] nas *vagas e mal sistematizadas* alusões de Lisboa a inteligência como fator de produção econômica, a verdadeira medida de sua importância para a época presente, ao ponto de arriscar esta afirmação *surpreendente*: “Cairu é o precursor de Ford, de Taylor, de Stakhanov, a um século de distância” (HOLANDA, 2011, p. 265-266, grifo nosso).

Nesta sentença, percebemos que, diferentemente das críticas a Cairu, em *Raízes do Brasil*, o artigo de jornal nos apresenta um Sérgio Buarque que, colocando em cena, mais uma vez, o seu histórico rival Amoroso Lima, dessa vez em forma de laudatório receptor e divulgador das ideias do economista baiano, intervém em delicado debate político, dotando-se de escrita cuja estratégia textual é destituída quase que por completo da expressão que plasma o ensaísmo elíptico, antiperemptório e enigmático de sua obra primeira. Se dela nos permitimos inferir algumas afinidades com recursos advindos de uma retórica ficcional, como por exemplo, a ironia e sua estreita relação com certo discurso indireto, no “Inaturalidade de Cairu”, notamos um escritor que, pegando o leitor pelas mãos, percorre todos os meandros da narrativa e o entrega quase que de pronto a leitura. Em outras palavras, no artigo de jornal é mais nítida a tomada de partido e certo convite ao leitor no que toca ao posicionamento tanto em relação à conduta de Amoroso Lima quanto à leva da recepção das ideias do visconde baiano. Isso posto, podemos dizer do cuidado estilístico do autor entre o *ethos* autoconsciente acerca do caráter pragmático e fugaz da recepção de ensaio de imprensa e aquele que intrinsecamente exige do leitor certo esforço especulativo, no limite, de imaginação, capaz de tornar-se cúmplice de uma escrita que a todo instante o sopra nos ouvidos que o que ali se passa é uma tentativa constante de exercício interpretativo, onde nada é dado *a priori*.¹³

¹³ Em representativo texto sobre o legado da crítica literária na escrita da história praticada por Buarque de Holanda, Flora Süssekind sugere uma espécie de *inversão estilística* entre os suportes textuais usados pelo historiador: na historiografia o estilo é fluido, movediço, ao passo que na crítica literária o estilo é mais seco e direto. “Troca de registro – explicitamente ‘literário’ quando o objeto é a história social; estudadamente ‘objetivo’ quando o assunto é literatura – por si só capaz de garantir ‘indeterminações’, ‘zonas fronteiriças’, como as que tanto cultiva o escritor. Forma indireta de figurar sua ‘consciência da não identidade’ irredutível entre o seu objeto e seu modo de expô-lo – ‘Quem é o outro que anda sempre a teu lado?’. Forma – adequadamente movediça – de figurar o olhar de ensaísta com que Sérgio Buarque de Holanda constrói sua obra” (SÜSSEKIND, 1992, p. 145). Embora estejamos falando

Podemos constatar que o artigo de imprensa é quase que destituído de esquemas sintáticos, entoações e colorações lexicais que nos conduzem à transmissão do discurso de outrem. As associações de ideias, quase diretas, lineares e menos alusivas do “Inatualidade de Cairu” são evitadas na tessitura da intriga do capítulo “Herança Rural”, de *Raízes do Brasil*, embora, lá, tensamente insinuadas. No jornal, o ensaísta antecipa a sugestiva nota por meio de trecho em que salienta a emblemática recepção encarnada em Amoroso Lima. Se bem compreendemos, Holanda abre o pequeno artigo aventando que o pensador católico reproduz, naquele momento político, a semanticamente conotada inteligência como uma “herança rural” no campo das ideias. A inteligência, nessa acepção, pode ser vista também como marca de historicidade emprestada de obra habilitada como sendo relevante a um suposto pensamento autônomo e original, gestado ainda na centúria anterior. Dito de outro modo, em “Inatualidade de Cairu” se apresenta, de modo bem menos sutil, a estratégia do autor em estabelecer relação íntima entre as ideias “vagas e mal sistematizadas” do Visconde de Cairu e a sua reprodução pelo pensador coevo, como se estivesse a sugerir, sem muitos rodeios, que Alceu Amoroso Lima, para retomarmos outro artigo do autor, participa do “complexo folclore dos civilizados”, assumindo a profissão de escritor – “se assim já se pode dizer entre nós” – antes “e sobretudo como uma forma de patriciado” (HOLANDA, 1996, p. 35, 36) do que como uma profissão tão importante como quaisquer outras.

116

III.

A título de considerações finais deste artigo, podemos afirmar que, no intuito de compreender minimamente a historicidade desse livro caro à historiografia brasileira, descrevemos o modo como disputas por certas dimensões do passado perpassam pela materialidade da linguagem, seus efeitos e usos representacionais. Independente da tentativa, mesmo que consciente, por parte de Sérgio Buarque de Holanda, de lançar, com olhar republicano, a obra de José da Silva Lisboa para um passado remoto da formação nacional, e, em movimento contrário, Alceu Amoroso Lima imprimir à obra do oitocentos uma leitura keynesiana *avant la lettre*, o que se pode extrair disso é a disputa em torno de projetos políticos num momento de incertezas em relação ao futuro, em que, entre a derrocada dos totalitarismos que assolaram o continente europeu, a ditadura do Estado Novo e a Segunda Guerra, novas técnicas deveriam ser colocadas em reflexão, uma vez que múltiplas perspectivas de renovação do campo epistemológico das humanidades

de um objeto específico, isto é, crítica de imprensa, não literária, pudemos, não sem certo cuidado, vislumbrar contornos semelhantes ao que a autora aponta na forma de tratamento entre os distintos registros em questão.

estavam sendo pensadas no período do Entreguerras. E mesmo a “retórica do atraso”, no Brasil, passava, segundo Valdeir Araujo, por um processo de mitigação em seus pressupostos culturais e epistemológicos. “Uma primeira crise [...] atingia as funções cognitivas das metanarrativas, tornando ser possível e mesmo necessário questionar as narrativas de modernização que sempre estavam como fundamento dos projetos de desenvolvimento da nacionalidade” (ARAUJO, 2013, p. 43). De outro lado, sugere o autor, havia uma “crise de confiança no próprio projeto e valores da modernidade, em sua dificuldade em lidar com a diversidade e a diferença [...]” (ARAUJO, 2013, p. 43).

Thiago Nicodemo fala de um “esforço de anulação do *telos* nacional e sua substituição por uma articulação protendida do tempo entre passado e futuro, subjetivação do autor/narrador, e o uso de arcaísmo conceitual em favor da aceleração do próprio processo narrado” (NICODEMO, 2014, p. 51). Afirma ainda que tais procedimentos “estão presentes em obras aparentemente díspares como *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr., *Formação da Literatura Brasileira*, de Antonio Candido; *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, dentre outras (NICODEMO, 2014, p. 51).

Em artigo publicado no ano de 1950, dedicado a reflexões sobre *Apologia da História* (1949), famoso livro inacabado de Marc Bloch, o historiador brasileiro demonstra seu apreço pelas ideias do francês acerca do papel do *métier* para o presente. Nesse texto – na verdade, uma resenha –, Buarque de Holanda evoca a famosa máxima de Goethe, segundo a qual “escrever História é um modo de desembaraçar-se do passado”. Porém, adverte o brasileiro, desembaraçar-se não de todo e qualquer passado, mas sim do *efeito* daquele cuja parcela serve, segundo ele, a fins de algum juízo e uso instrumental por parte certos setores sociais. Nessa reflexão fica sugerido, mais uma vez, um tempo histórico moderno no qual o espaço de experiência não necessariamente se afasta do horizonte de expectativa. A presença do passado e de sua continuidade – o que nos remete ao tópico da historicidade – nos coloca uma questão: o que implica um tempo histórico moderno que não aposta numa inevitabilidade do progresso?

No limite, como bem envolto da atmosfera encetada pelos *Annales*, o que estava em jogo, nesse momento, para o crítico literário e historiador, parece-nos, era a possibilidade de a eminente prática universitária desenvolver uma cultura de ensino e pesquisa histórica capaz de estimular, entre outras coisas, consciências que evitassem os usos autoritários, nacionalistas e oficiais da história (HOLANDA, 2011b, p. 19-21).¹⁴ Talvez fosse tal sensibilidade que estaria movendo a técnica interpretativa do autor/narrador buarquiano, ao colocar em horizontes históricos distintos, mas que se coadunam e se interpolam, as personagens Cairu, Amoroso Lima e, conseqüentemente, a recepção da obra do economista durante parte significativa do século XX.

¹⁴ Originalmente publicado na *Folha da Manhã*, São Paulo, a 18 de julho de 1950, o seu título é homônimo à obra de Bloch.

Referências

- ARAUJO, Valdei Lopes de. História dos conceitos e história da historiografia: um percurso nacional. **Mimeo**, Mariana, 2013.
- _____; PIMENTA, João Paulo. História. In: FERREZ JÚNIOR, João (Org.) **Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- ARRUDA, Jose Jobson; NOVAIS, Fernando. Prometeus e Atlantes na Forja da Nação. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 2, 225-243, 2003.
- BAKHTIN, Mikhail M. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. Trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira, com a colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. 14ª ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- CANDIDO, Antonio. O significado de *Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. O significado de *Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Edição comemorativa dos 70 anos. Organização de Ricardo Benzaquen de Araújo e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- CARVALHO, Marcus Vinicius Corrêa. Universidade do Distrito Federal. In: _____. **Outros Lados**: Sérgio Buarque de Holanda, Crítica Literária, História e Política. Tese. (Doutorado em História) - Campinas, IFCH-Unicamp, 2003.
- COSTA LIMA, Luiz. **Dispersa demanda**: ensaios sobre literatura e teoria. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981.
- DIAS, Maria Odila L. da Silva. Sérgio Buarque de Holanda, historiador. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Sérgio Buarque de Holanda**. São Paulo: Ática, 1985 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 51).
- EUGÊNIO, João Kennedy. **Um ritmo espontâneo**: o organicismo em *Raízes do Brasil* e Caminhos e fronteiras, de Sergio Buarque de Holanda. Tese. (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2010.
- FLAUBERT, Gustave. **Madame Bovary**. La Bibliothèque électronique du Québec. Collection À tous les vents. Volume 715: version 2.0, s/d.
- GOMES JÚNIOR, Guilherme Simões. Crítica, combate e deriva do campo literário em Alceu Amoroso Lima. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, v. 23, n. 2, nov. 2011.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Corpo e alma do Brasil – ensaio de psicologia social. [1935]. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (Orgs.). **Sérgio Buarque de Holanda**: perspectivas. Campinas: Ed. Unicamp; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

- _____. Modernismo, tradicionalismo, regionalismo. In: SENNA, Homero. **República das Letras (20 entrevistas com escritores)**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957.
- _____. **Raízes de Sérgio Buarque de Holanda**. Organizado por Francisco de Assis Barbosa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1989.
- _____. **Raízes do Brasil**. 2ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.
- _____. **Sérgio Buarque de Holanda**. O espírito e a letra: estudos de crítica literária. Organizado por Antonio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. v. 2.
- _____. **Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos. Livro I (1920-1949)**. Organizado por Marcos Costa. São Paulo: Ed. Unesp: Fundação Perseu Abramo, 2011.
- _____. **Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos. Livro II (1950-1979)**. Organizado por Marcos Costa. São Paulo: Ed. Unesp: Fundação Perseu Abramo, 2011.
- HOLLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1936.
- LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual e leer textos. In: PALTÍ, E. (Org.). **Giro Lingüístico e historia intelectual**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac; Naify, 2003.
- LISBOA, José da Silva. Prefácio. In: LISBOA, José da Silva. **Estudos do bem-commum e Economia Política**. Rio de Janeiro: Imprensa Regia, 1819.
- MONTEIRO, Pedro Meira. Sergio Buarque de Holanda e as palavras. In: Seminário: Arquivo; Pesquisa. 07 de maio de 1997. **Caminhos sem fronteiras: o arquivo de Sergio Buarque de Holanda**. Campinas: Siarq/Unicamp, 1997.
- MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica**. 9ª ed. São Paulo: Ática, 1994.
- NICODEMO, Thiago Lima. Os planos de historicidade na interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. **História da Historiografia**, n. 14, p. 44-61, 2014.
- PEREIRA, José Flávio; PEREIRA, Lupércio Antônio. Instituições jurídicas, propriedade fundiária e desenvolvimento econômico no pensamento de José Da Silva Lisboa (1829). **História**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 192-213, 2006.
- ROCHA, Antonio Penalves. Introdução. In: CAIRU, Visconde de. **Visconde de Cairu**. Organização e Introdução de Antonio Penalves Rocha. São Paulo: Ed. 34, 2001.
- SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.
- SILVA, Bruno Diniz. **Da Restauração à Regeneração: Linguagens políticas em José da Silva Lisboa (1808-1830)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, Ouro Preto, 2010.

- SÜSSEKIND, Flora. Outra Nota – Comentário ao texto 'Nota breve sobre Sérgio crítico', de Antônio Arnoni Prado. In: SALOMÃO, J. (Dir.). **Sérgio Buarque de Holanda**. 3º Colóquio UERJ. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- VECCHI, Roberto. A insustentável leveza do passado que não passa: sentimento e ressentimento do tempo dentro e fora do cânone modernista. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória e (Res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.
- WAIZBORT, Leopoldo. O mal-entendido da democracia: Sérgio Buarque de Holanda, Raízes do Brasil, 1936. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 76, jul. 2011.
- WHITE, Hayden. **Meta-história**: A Imaginação Histórica do Século XIX. Tradução de José Laurênio de Melo. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- WOOD, James. **Como funciona a ficção**. Trad. de Denise Bottmann. São Paulo: Cosac Naify, 2012.